

O dia em que os credores caíram na realidade

CLAUDIO LESSA
Correspondente

Washington — “Até que enfim, parece que desta vez os americanos caíram na real”, dizia esta semana um diplomata brasileiro, em tom de brincadeira, ao comentar a “radical” mudança de abordagem por parte dos Estados Unidos para o problema da dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

O plano Bush, a ser colocado em prática pelo secretário do Tesouro, Nicholas Brady, vem sendo preparado há vários meses, segundo a imprensa local, e não tem data certa para ficar pronto. Sua existência só foi anunciada de maneira formal por Brady por causa do “efeito Venezuela”, que fez subir a temperatura da América Latina.

Segundo observadores mais atentos do panorama econômico, o anúncio de Brady pode ficar longe de satisfazer as aspirações da América Latina por dois motivos: foi muito genérico (como se esperava) e os detalhes da implementação do plano ainda estão sendo intensamente debatidos — o que poderá fazer com que vários meses passem antes que algo de concreto seja visto pelos devedores.

Para encurtar uma longa história, tem-se a sensação de que o governo Bush, a esta altura, está tentando mostrar serviço — e, de quebra sinalizar logo aos devedores que a sua postura é diferente da defendida pelo oficial de justiça Ronald Reagan, que queria ver cada centavo devido aos banqueiros privados pago, até mesmo com novos empréstimos. A onda agora é buscar o alívio de tensões, facilitar termos contratuais e de legislação financeira para que os bancos possam “esquecer” parte da dívida sem que os acionistas “levem na cabeça”.

BRETTON-WOODS

O anúncio do plano foi feito durante um almoço dos membros da Comissão Bretton-Woods, cujo objetivo é “obter a compreensão e o apoio do público norte-americano para que os Estados Unidos possam pôr em prática uma política eficaz em relação às organizações financeiras internacionais” como o Banco Mundial e o FMI, criados justamente em Bretton-Woods, no estado de New Hampshire, há mais de 40 anos.

O secretário do Tesouro, Nicholas Brady, passou o recado para os devedores de maneira genérica, sendo cuidadosamente guiado pelos “gurus” da Casa Branca. Até o último momento, o texto de seu pronunciamento estava sendo revisado.

Segundo ele, “a experiência acumulada nos últimos quatro anos demonstra que os princípios fundamentais da atual estratégia permanecem sólidos”, numa tentativa de apresentar o novo plano como sendo uma evolução do falido “Plano Baker”, quando na verdade ele é quase uma guinada de 180 graus em relação às idéias do atual secretário de Estado.

Brady acredita que “o crescimento é essencial para a solução dos problemas da dívida; que os devedores não conseguirão atingir níveis suficientes de

crescimento sem reforma; que as Nações devedoras necessitam continuamente de recursos externos, e que as soluções têm que ser conseguidas caso por caso.

Mais especificamente, o secretário do Tesouro acha que, para que os devedores consigam sair do buraco, são necessárias “formas diversificadas de suporte financeiro e o relaxamento de cláusulas” contratuais atualmente existentes, que dificultam a vida dos devedores, citando duas: a que prevê, obrigatoriamente, uma divisão equitativa dos pagamentos do serviço da dívida (conhecida em inglês como **sharing clause**), para evitar que o devedor dê tratamento preferencial a um dos bancos que formam o “pool” de credores, e a cláusula que proíbe a alienação de bens para a obtenção de empréstimos (a chamada **negative pledge clause**).

Estas duas cláusulas, segundo o secretário do Tesouro, seriam relevadas por períodos de três anos, “para permitir um processo ordeiro em que os bancos que assim o desejarem possam negociar transações de redução da dívida ou do seu serviço”. Nicholas Brady acentuou, no entanto, que os países devedores “precisam manter programas viáveis de troca da dívida por investimentos, e que os cidadãos desses países devem ter permissão de se engajar em tais transações”.

Brady insiste também, ao exigir a solução caso por caso, em que os países apresentem provas de que estão revertendo a fuga de capital. Em muitos casos, disse ele, o montante de capital que “foge” de um país é superior ao montante da dívida. A defesa de Brady, neste ponto, encontra resistências porque, dizem os críticos, a repatriação do capital “fugido” é muito incerta para ser utilizada como substituta de novos e grandes empréstimos. Esta é uma das questões mais debatidas internamente. Uma exigência destas poderia inviabilizar totalmente a aplicação do plano para a maior parte dos países do Terceiro Mundo — inclusive o Brasil.

Outra questão que está sob fogo cerrado de vários setores da economia dos EUA é a possibilidade de utilização do dinheiro recebido do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o pagamento, puro, simples e direto, de partes da dívida externa (não como é feito hoje em dia, disfarçadamente). Os puristas acreditam que isso é o uso de dinheiro público para o pagamento de bancos privados — uma condição inaceitável.

Brady esbarrou na indiferença de alguns setores da economia japonesa ao sustentar, no seu pronunciamento, que “os governos credores também devem estudar a redução de impedimentos regulatórios, contábeis ou de taxação à redução da dívida, onde eles existam”, emendando, “e eles existem”. Num seminário realizado sobre a dívida do Terceiro Mundo, o presidente do Banco de Tóquio (que não fala pelo governo japonês, mas cuja opinião tem peso suficiente), mostrou-se absolutamente contrário a qualquer

alívio para os devedores. Yushu Kashiwagi não pestanejou ao condenar os governos, muitos deles corruptos, que receberam dinheiro sabendo o que estavam fazendo e não agiram de maneira correta na aplicação dos recursos para o desenvolvimento de seus países — e que agora, têm que pagar por isso.

BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial, também pesadamente envolvido na questão da dívida, adotou uma posição semelhante à do secretário do Tesouro. Barber Conable acredita que os “elementos sustentáveis” de um plano de alívio da dívida devem ser “diferenciados com base no desempenho” (mais ajuda para quem se empenhar mais na solução de seus problemas); projetados para acelerar o retorno a uma situação positiva de crédito (“Se a dívida é abolida, mas a batalha contra a pobreza é perdida, o que se tem é uma vitória de Pirro”) flexíveis para que se adaptem à diversidade dos países em desenvolvimento, e grandes o bastante para fazerem diferença real na carga anual do serviço da dívida, sem levar os bancos comerciais ou as instituições multilaterais de crédito à falência.

Conable, defendendo o princípio de que as “maiores chances de sucesso têm que ser aproveitadas primeiro, para maximizar as oportunidades de um processo feliz de aprendizado”, acha que a bola deve começar rolando pelo México, que “indicou sua disposição de passar por uma grande reforma, possui perspectivas substanciais — assim como uma dívida substancial, e tem cumprido suas obrigações”.

Segundo observadores, o Departamento do Tesouro tem conversado com autoridades mexicanas, venezuelanas e japonesas a respeito da nova estratégia. Nos próximos meses, os primeiros testes serão feitos com a tentativa de renegociação das dívidas do México e Venezuela.

No passado, o governo japonês já havia dado mostras de estar disposto a fazer exatamente isso, mas os EUA rejeitavam a idéia. Outras negociações entre os dois países (o Japão reluta em gastar dinheiro para se tornar uma potência armada convencional) levaram os norte-americanos a mudar de idéia.

Apesar de não ir muito longe (pelo menos por enquanto), a nova postura dos EUA em relação à dívida representa um sinal de que a crise está atingindo novamente proporções insustentáveis. Como disse um latino-americanista no Congresso durante depoimentos sobre o **Relacionamento EUA-América Latina nos Anos 90**, “tudo o que acontecer na América Latina vai influenciar o americano médio muito mais rapidamente do que qualquer outro acontecimento em qualquer outra parte do mundo”.

A nova abordagem do Tesouro dos EUA, de qualquer maneira, ainda não prevê a instituição de um organismo internacional, sustentado pelos países ricos, que comprariam a dívida dos bancos no mercado secundário, substituindo-a por títulos com termos de pagamento mais acessíveis.

REUTERS

